

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Para o PSD, o Estado não existe por si e para si.

Para o PSD, o Estado impõe-se pela sociedade e não à sociedade.

Para o PSD, partido humanista, a pessoa, a sua dignidade e o seu bem-estar devem ser o fim último da organização social.

O PSD é um defensor dum Estado Social sustentável e orgulha-se de ter contribuído para o seu desenvolvimento e consolidação em todos os governos em que participou.

Contudo, em Portugal, este modelo enfrenta poderosos constrangimentos, entre os quais se destacam, para além do comportamento medíocre da economia portuguesa nos últimos anos, a fraca evolução demográfica e a dificuldade em assegurar a sustentabilidade do Sistema de Pensões, a que acresce o florescimento duma cultura de dependência em que cada

vez menos se reconhece o mérito e o valor do trabalho e do esforço.

A pobreza está a alastrar, alimentada pelo desemprego e pelo endividamento das famílias.

Na actual conjuntura é impensável optar por caminhos que diminuam ainda mais os níveis de protecção social dos mais desfavorecidos ou que impliquem um esforço financeiro adicional que o País não pode suportar.

Mas, também é impensável, que através da inacção, se venha a comprometer a sustentabilidade do sistema no futuro, prejudicando todos aqueles, em particular os mais jovens, que hoje para ele contribuem.

Daí a necessidade da mudança.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

O PS colocou a austeridade do lado das pessoas, favorecendo da máquina do Estado.

O PSD quer colocar a austeridade do lado da máquina do Estado, favorecendo as pessoas.

O PS colocou os bancos a financiar o Estado em desfavor da economia.

O PSD quer colocar os bancos a financiar a economia para que possamos manter o Estado.

O PS aumentou desperdícios, criou institutos e fundações.

O PSD quer aumentar a concorrência e melhorar a regulação.

Para alguns parece não existir social sem Estado.

Para outros o Estado Social é mera arma de arremesso desmentida nos seus actos.

Para o PSD, temos de promover um Estado em que o mérito meça quem pode, mas a solidariedade ajude quem precise.

Temos de pensar num Estado verdadeiramente solidário.

Por isso, no imediato, o PSD propõe um Programa de Emergência Social para preservar o Estado Social, que tem sido objecto nos últimos anos de um ataque e de um desmantelamento de enormes proporções, precisamente

pela mão daqueles que tanto apregoam o valor da solidariedade mas que, em concreto, nada fazem para a assegurar.

Para isso, é urgente modernizar o Estado e controlar a sua dimensão para assegurar a sustentabilidade orçamental, o crescimento económico, a justiça social, a qualidade dos serviços públicos e a sobrevivência do Estado Social e das políticas sociais.

O Estado atingiu uma dimensão excessiva para as possibilidades do País, sem ter conseguido ser mais eficiente.

Com um défice crónico, que disparou nos últimos anos da governação socialista, contribuiu-se decisivamente para um endividamento insustentável que constituiu um bloqueio ao crescimento da economia.

Para o PSD, é necessário menos Estado e mais sociedade civil.

O Cidadão deve ser o centro do novo Modelo Social, garantindo a satisfação de um conjunto de necessidades e serviços essenciais a todos: protecção social, educação e saúde.

As pessoas, e as suas necessidades concretas, devem constituir o motor das políticas e das medidas a tomar, e não tanto as instituições e os serviços que estas oferecem, o que implica uma deslocação da acção do Estado do lado da oferta para o lado da procura.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

As críticas que o PS faz diariamente ao programa eleitoral do PSD acerca do Estado Social não fazem, pois, qualquer sentido.

Nos Açores há muito tempo que instituições da sociedade civil se substituem ao Estado no apoio social.

Ao longo dos anos, os governos regionais tem contratualizado com a sociedade civil acordos de cooperação para que esta preste serviços de apoio social.

Actualmente, a Região já tem 600 acordos de colaboração celebrados com instituições particulares de solidariedade social.

Apesar de instituições da sociedade civil açoriana substituírem o Estado no apoio social, o PSD não vem

clamar que o PS dos Açores está contra o Estado Social. O PSD apoia a iniciativa da sociedade civil.

O mesmo se passa na Educação. Nos Açores já existem escolas privadas, sendo algumas de cariz lucrativo. Também aqui estará em causa o Estado Social? Obviamente que não.

Na Saúde, o PS insiste também em repetir a falsa ideia de que o PSD quer dar cabo do actual sistema.

O PS/Açores perdeu, definitivamente, a noção da verdade e da coerência.

Os socialistas, que durante anos juraram a pés juntos que nunca aplicariam taxas moderadoras no acesso ao Serviço Regional de Saúde, apressaram-se agora a implementá-las.

O Governo Regional socialista usou como desculpa o acordo de ajuda externa a Portugal para impor aos açorianos o pagamento de taxas moderadoras, apesar de não estar obrigado a fazê-lo pelo memorando de entendimento com a “troika”.

É bom lembrar o que dizia o presidente do governo, e cito: “É preciso que a política de finanças públicas na Região continue a ser conduzida com a segurança e o rigor

que o PS tem garantido para que não tenhamos de fazer o que já fazem no continente, que é introduzir taxas moderadoras nas urgências, nas cirurgias e nos internamentos”.

Ora, face a estas palavras de Carlos César, das duas uma, ou a introdução das taxas moderadoras é o reconhecimento do desastre das finanças públicas socialistas, ou é uma convicção de Carlos César que agora apanhou uma boleia?

É que em tempos o Presidente do Governo defendeu que, e cito de novo, “o serviço público de saúde existente no país e nas Regiões Autónomas é socialmente injusto e financeiramente inviável a longo prazo, pois, quem pode pagar não paga um mínimo e todos acabam prejudicados por isso”, fim de citação.

É de uma extraordinária desfaçatez: Do que critica os outros, o PS faz afinal a sua prática.

Outro exemplo desta desfaçatez é a campanha de desinformação levada a cabo pelo PS/Açores sobre a privatização da ANA.

O PS, no seu programa eleitoral do célebre “Juntos Conseguimos”, de 2009, já previa a privatização da ANA,

que era vista com ansiedade pelo Governo Regional para poder, por exemplo, avançar com a ampliação da pista do aeroporto da Horta, para o qual dizia já ter verbas reservadas no actual quadro comunitário de apoio.

Quanto à privatização de um canal da RTP, os socialistas insistem em a assustar os eleitores com algo que nunca passou pela cabeça do PSD. Podemos garantir, como é óbvio e como está no nosso programa eleitoral, que vai continuar a existir um canal público em que, naturalmente, se enquadrará a RTP/Açores.

Em conclusão, os socialistas insistem em atribuir ao PSD opções que não constam do seu programa eleitoral.

O PS/Açores é uma autêntica fábrica de boatos sobre o programa eleitoral do PSD, mimetizando a condenável prática nacional.

Todo este esforço de mistificação do PS não ilude, porém, uma verdade que querem esconder: cada família açoriana vai pagar mais 400 euros de impostos para os bolsos do governo, por via do aumento do IVA, do IRS e do IRC.

E o egoísmo de Carlos César revela-se quando desvaloriza a redução do diferencial fiscal entre os Açores



e o continente, que constitui o maior aumento de impostos de que há memória na história da Autonomia.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

“Nesta altura de aflição e de dificuldades os políticos têm de perceber que o mundo mudou e que quanto mais sinceros forem com os cidadãos, maior será a probabilidade de sucesso.”

Por isso, temos de virar uma página.

Falar verdade aos eleitores acerca da nossa situação económica, social e política será um bom começo. Bem como falar verdade sobre tudo, sublinho tudo, o que se pretende fazer, acabando-se com agendas escondidas.

“Os sinais que damos ao exterior não são os melhores. Por isso Portugal terá de aproveitar de uma vez por todas, esta ajuda externa para mudar de vida.”

Quem quer mudar não pode colocar os 78 milhões nas mãos de quem nos trouxe até aqui.

Quem quer mudar tem de depositar a sua confiança em quem lhe possa garantir que vamos, de facto, mudar de governo e mudar de vida.

Disse